

# **Política de Extensão Universitária**

**Gerência de Extensão e Relações Institucionais - GERI**

**Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho**

**Fundação João Pinheiro**

**Belo Horizonte  
Fevereiro de 2019**

## Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESCOLA DE GOVERNO .....</b>	<b>5</b>
3.1. OBJETIVOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FJP.....	7
3.2. PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FJP .....	7
3.3. ESTRUTURAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS .....	8
3.4. PROJETOS EXISTENTES .....	10
CONSULTORIA JÚNIOR.....	10
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	10
FICA ATIVO! REPENSAR .....	11
FICA ATIVO! CIDADANIA - FAC .....	11
JUVENTUDE CIDADÃ.....	11
CURSINHO EDUCAR .....	11
2ª CHANCE .....	11
SOCIEDADE DE DEBATES .....	12
TUTORIA D.A. ....	12
TEATRO .....	12
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	13
PROJETO RONDON .....	13
10ENVOLVER CAPACIDADES .....	13
PROGRAMA DE INTERNATO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL – PRINAGEM.....	13
4. AVALIAÇÃO.....	14
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>15</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabeleceu que uma das finalidades do ensino superior é promover a extensão universitária (BRASIL, 1996, art. 43), função acadêmica que busca facilitar a aproximação dos estudantes à realidade social à sua volta, com todas as suas complexidades, contradições e desafios. Ao favorecer a troca de saberes entre estudantes e a sociedade, acredita-se que a extensão universitária tem uma importante contribuição para a formação acadêmica e cidadã dos alunos.

A Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, criada pela Lei nº. 10.961/1992, é uma Instituição de Ensino Superior que oferece cursos de graduação, capacitação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, com vistas a formar e capacitar recursos humanos para a administração pública, prioritariamente para o governo do estado de Minas Gerais. As atividades de extensão universitária são parte das competências da Escola de Governo que, aliadas aos estágios extracurricular e curricular supervisionado e às atividades complementares de graduação, se somam à formação teórica para promover conhecimentos, habilidades e atitudes dos estudantes para a complexidade e desafios da gestão pública.

Construir uma Política de Extensão de uma escola significa refletir e incorporar ideias e processos pedagógicos à prática educativa numa perspectiva emancipatória e transformadora da educação. O que exige o engajamento dos profissionais da Escola e do seu corpo docente. Respeitados os limites legais impostos pelo currículo acadêmico do Curso de Administração Pública (CSAP) e de seu projeto pedagógico, a extensão deverá primar pela promoção da autonomia como um dos pilares da formação superior, sempre comprometida com o interesse público, com a participação social e a cidadania.

Nesse sentido, a Escola de Governo apresenta sua Política de Extensão Universitária, como um conjunto de espaços de debate e reflexão crítica, que conduzam os estudantes à prática e ao contato com experiências de diversos grupos sociais situados, principalmente, em áreas de vulnerabilidade do estado e da administração pública. A sistematização de tais proposições neste documento constitui referência para a organização do trabalho de extensão, evidencia a sua intencionalidade político-pedagógico de um projeto de educação e de sociedade, e o compromisso da Escola de Governo na formação de administradores públicos para o estado de Minas Gerais.

## 2. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO

Compreende-se a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico, que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Esse conceito baseia-se nas discussões realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas (FORPROEX), responsável pela elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária. Este concebe a Extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de ser indispensável: na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade.

Além disso, a Política Nacional de Extensão Universitária consagrou diretrizes que devem balizar a formulação e a implementação das ações de extensão universitária, quais sejam: **impacto e transformação; interação dialógica; interdisciplinaridade e indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão.**

Como impacto e transformação, compreende-se a necessidade de uma atuação transformadora da universidade, que se respalde pelos interesses da comunidade, fomentando políticas públicas e o desenvolvimento regional. Frisa-se, como princípio universitário e extensionista, a postura de responsabilidade social própria da percepção de favorecido por um ambiente acadêmico poder se refletir sobre a realidade e, tal reflexão, exigir uma postura crítica, mais solidária e humanista, mas sempre inserida no mundo real, percebendo suas complexidades.

A atividade de extensão é um trabalho interdisciplinar, em que há interação de conceitos, metodologias, saberes e disciplinas que favorecem a visão integrada do social. Trata-se da contribuição da universidade para a solução dos problemas da sociedade por meio de projetos de intervenção social, na mesma medida em que possibilita ao seu estudante oportunidades de aprendizagem; em especial para um curso de Administração Pública, em que a expectativa é formar servidores que auxiliarão em um processo de transformação da ação do Estado, fazendo-a mais humana e sensível às expectativas da população.

Por tudo isso, a Extensão Universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Enquanto atividade também produtora de conhecimento, ela também melhora a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas; mais bem equipados para desenhar, caso venham a ocupar algum cargo público, essas políticas, assim como para implementá-las e avaliá-las. (TEIXEIRA, MULER, s.d).

O tripé ensino, pesquisa e extensão é uma formatação fundada na complementariedade de cada função pedagógica da universidade. Busca-se, por meio desse tripé, a coesão entre reflexão acadêmica, prospecção de novos saberes, concomitantemente à validação das teorias à luz da percepção social vivenciada. Essa indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão é observada na vinculação das ações de extensão ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo os estudantes universitários como protagonistas de sua formação técnica para o aperfeiçoamento de sua atuação profissional e cidadã.

Há que se considerar ainda o papel da universidade na sociedade. Esta não é apenas um lugar de aprendizagem científico-acadêmica. Cabe a ela ser um espaço de vivência e de formação cidadã para o exercício da responsabilidade social. A institucionalização das atividades de extensão, mais que uma declaração oficial de coerência e de estruturação, é mais um passo na construção de uma universidade comprometida, responsiva e cidadã.

### 3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ESCOLA DE GOVERNO

A perspectiva de institucionalizar uma área de extensão na Escola de Governo iniciou-se a partir de 2004, em decorrência das discussões para alteração do seu currículo, frente à necessidade de aprofundar e ampliar a formação dos estudantes, propiciar oportunidades para aprendizagem fora da sala de aula e a materializar conhecimentos e teorias. A experiência pioneira da área de extensão na Escola de Governo foi o Laboratório de Políticas Públicas, que consistiu em um conjunto de atividades que ocorreram em 2005 e 2006, consideradas como complementar a de graduação.

Desde então, muitos projetos foram desenvolvidos e culminou com a institucionalização da Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI), em agosto de 2011, como unidade da Escola de Governo responsável por coordenar a Política de Extensão.

A Política de Extensão está estruturada em dois eixos: retorno à sociedade de parte dos benefícios auferidos pelo acesso do estudante a uma universidade pública, democratizando o conhecimento produzido, e o eixo de educação com inserção, comprometida e responsável. Assim, a extensão prima pela busca de oportunidades em que o aluno possa oferecer algum conhecimento ou ação em favor da sociedade, inserindo-o na realidade e possibilitando o aprendizado de forma engajada, junto comunidades locais, com a oportunidade de ação, vivência e conhecimento, prática cidadã e reflexão acadêmica.

Espera-se que tais “situações de aprendizagem” possibilitem: (i) o desenvolvimento de habilidades que poderão, ao longo da vida acadêmica e profissional constituir-se em “ferramentas funcionais” para o exercício de suas atribuições, de acordo com as expectativas estabelecidas para carreira de especialistas em políticas públicas e gestão governamental; (ii) o desenvolvimento de competências cidadãs, que contribuam para a formação humana.

O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública estabelece que as *atividades complementares de graduação* podem ser desenvolvidas na forma de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, e “constituem-se em um dos componentes da matriz curricular do CSAP e visam ao desenvolvimento, à avaliação e ao reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos por meio de práticas opcionais, interdisciplinares, transversais e independentes, que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos”.

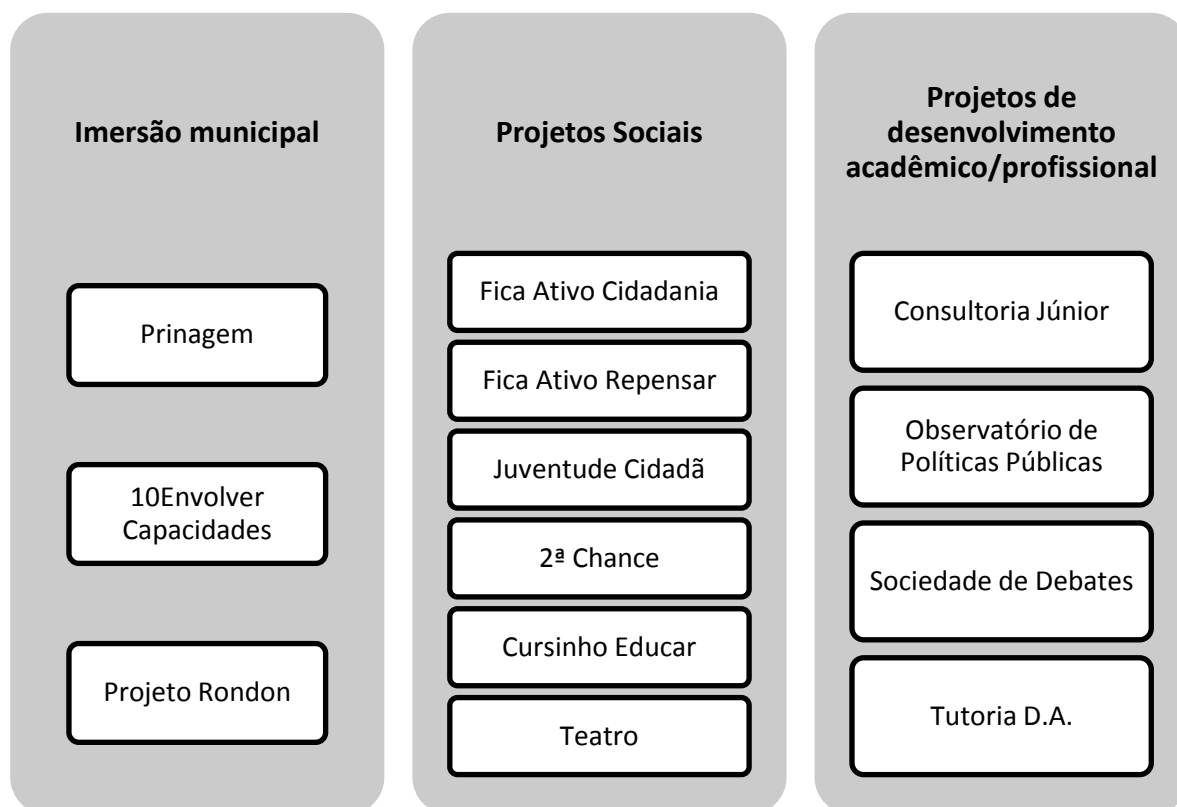
Agrupando os projetos e programas de acordo com os tipos de conhecimentos, habilidades e atitudes que os estudantes desenvolvem de acordo com as atividades intervenções realizadas, a Geri classifica as atividades de extensão universitária na Escola de Governo em: **projetos sociais, projetos de imersão municipal e projetos de desenvolvimento acadêmico/profissional**. Estes se articulam e se complementam em dimensões de formação, definidas no projeto pedagógico: social, profissional e acadêmica.

Os projetos sociais permitem que os estudantes estejam em contato com pessoas da comunidade no entorno da universidade, preferencialmente em áreas de vulnerabilidade social. E desenvolvam atividades em conjunto, proporcionando o contato com a realidade social, ao mesmo tempo, em que favorecem a troca de saberes, sejam eles sistematizados, vivenciais e populares.

Por sua vez, os projetos de imersão municipal abrangem as iniciativas que levam o estudante do CSAP a conhecer in loco a diversidade da realidade brasileira. Espera-se, com isso, o desenvolvimento da capacidade crítica sobre a experiência obtida durante o período de atuação nas regiões visitadas.

Há ainda os projetos de aperfeiçoamento profissional/acadêmico, iniciativas que pela natureza de suas atividades incentivam a pesquisa e o estudo mais aprofundados de determinados temas ou o desempenho de técnico.

A tabela a seguir apresenta os projetos existentes na Geri, de acordo com o agrupamento proposto, e que serão apresentados posteriormente:



A Extensão da EG visa oferecer projetos típicos de extensão, de imersão e aperfeiçoamento acadêmico/profissional que se articulam e se complementam em etapas de formação, que associados às disciplinas obrigatórias e optativas do curso de Administração Pública possibilitam que cada estudante faça sua Trilha de Aprendizagem e desenvolvam as competências e habilidades esperadas.

Trilhas de aprendizagem são caminhos individuais e flexíveis para promover o desenvolvimento das pessoas. Quando o profissional define um curso de ação a ser seguido para o seu crescimento está, na prática, construindo uma trilha. Cada um concebe sua trilha de aprendizagem a partir de suas conveniências, necessidades, ponto de partida e ponto a que deseja chegar, integrando em seu planejamento de carreira às expectativas da organização, o desempenho esperado, suas aspirações, as competências que já possui e aquelas que necessita desenvolver. Levando em consideração todas essas variáveis, o profissional elege, dentre os recursos educacionais disponíveis, aqueles mais adequados aos seus objetivos e preferências (FREITAS, 2002).

As trilhas de aprendizagem compreendem um conjunto de experiências sistematizadas com a finalidade de proporcionar a aprendizagem de diferentes competências, habilidades, conhecimentos e necessidades de desenvolvimento do estudante enquanto especialista em políticas públicas e gestão governamental. Isto é, com fundamentos teóricos para a formação de gestores, ao mesmo tempo em que se preparam para ações de planejamento e vivência em projetos sociais, possibilita a construção de novos olhares, mais engajado, participativo, em sintonia com a comunidade, em consonância com a realidade dos diversos territórios, rurais e urbanos. Evidencia-se que o objetivo é proporcionar uma vivência pedagogicamente estruturada e que possa efetivamente promover integração de conhecimentos numa visão multidisciplinar.

### **3.1. Objetivos da extensão universitária na FJP**

Com base no Plano Nacional de Extensão Universitária e suas diretrizes, a Escola de Governo estabeleceu como seus objetivos para a extensão:

- a) Reafirmá-la como processo acadêmico interdisciplinar definido e efetivado em razão das exigências da realidade;
- b) Contribuir para a formação de profissionais cidadãos, que problematizem e busquem soluções para as questões sociais;
- c) Promover a troca de saberes entre a Fundação João Pinheiro e as comunidades atendidas pelas ações de extensão;
- d) Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade.

### **3.2. Princípios da extensão universitária na FJP**

Para contextualizar os Princípios da Política de Extensão Universitária nas ações da Escola de Governo, a partir de reuniões com os discentes coordenadores e participantes das equipes dos projetos de extensão, foram sistematizados os aspectos-chave para o alcance dos objetivos e completude da extensão universitária dos estudantes de Administração Pública.

### **I. O compromisso da extensão é com a comunidade.**

A extensão é um serviço, principalmente, às comunidades mais vulneráveis. É devolver um pouco à sociedade do muito que ela investe na formação de um EPPGG. Mais do que cumprir horas de projetos sociais, a extensão deve desenvolver atividades em função das demandas da população local.

### **II. O valor da extensão está nos encontros e nas trocas.**

A extensão tem seu valor ao permitir o encontro dos estudantes com a comunidade no território. A partir desses encontros suscitar as trocas de saberes e experiências. Por ter realidades sociais são complexas e difíceis de serem alteradas, aos projetos de extensão cabe a tarefa de suscitar a reflexão de todos os envolvidos sobre elas.

### **III. Na extensão, tudo é um aprendizado.**

Diferentemente dos conteúdos estruturados na sala de aula, os aprendizados da extensão envolvem trabalho em equipe, necessidade de improvisação na condução dos encontros, conversas com as pessoas da comunidade e eventualidades um planejamento que não sai como esperado. E ainda tem espaço para perceber a complexidade dos problemas públicos e aplicar os conceitos teóricos de sala de aula.

### **IV. A extensão traz sentido ao conhecimento e à formação de EPPGG.**

A extensão oportuniza aos futuros servidores públicos espaços para o desenvolvimento de competências cidadãs e técnicas que usem o conhecimento para gerar redução das desigualdades e melhoria nas condições de vida de todos.

### **V. Extensão é um exercício de alteridade**

Ao lidar com diferentes pessoas e instituições, para a extensão é necessário que o estudante perceba os dilemas da realidade e seja capaz de reconhecer os contextos, as motivações e dificuldades dos diferentes atores.

## **3.3. Estruturação dos programas e projetos**

A extensão universitária na Escola de Governo se estrutura por projetos, que, como apresentado, classificam-se, em: sociais, de imersão municipal e de desenvolvimento acadêmico/profissional. Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, as ações de extensão universitária devem ser classificadas em áreas temáticas que dizem do objeto ou assunto que é focado na ação de extensão. São elas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho. Os projetos de extensão da Escola de Governo relacionam-se em geral com as áreas de comunicação, educação, direitos humanos e justiça.



Todos os projetos em vigência têm sua proposta escrita, com breve descrição de justificativa, objetivos, metodologia, público-alvo, aprovada pela Geri e pelo Colegiado do Curso de Administração Pública. As propostas de ações de extensão podem originar-se a partir de demandas da comunidade, das instituições governamentais ou não governamentais, dos estudantes e dos professores, devendo as mesmas ser formuladas através de projetos, seguindo a regulamentação estabelecida pela Gerência de Extensão.

Periodicamente (a cada semestre ou a cada ano, a depender do projeto) o ciclo dos projetos ocorre, sendo supervisionado pela Gerência de Extensão e Relações Institucionais. Esta gerência seleciona um ou dois estudantes para coordenarem o projeto naquele novo ciclo. E indica a viabilização dos programas e projetos de extensão, desde a sua concepção, as articulações com atores, instituições parceiras e às questões logísticas.

Cumpra aos estudantes coordenar e executar os projetos. Com o suporte, a supervisão e o apoio metodológico, de articulação e de mediação da Gerência de Extensão e Relações Institucionais, Os coordenadores discentes são responsáveis por:

- Liderar a equipe designando e acompanhando tarefas a fim de garantir os bons resultados do projeto
- Organizar o calendário do projeto e validar com a Geri
- Negociar e gerenciar conflitos
- Monitorar possíveis riscos e estar preparado para mudar de estratégia, sempre em contato com a Geri.
- Prezar para que todas as situações do projeto sejam uma oportunidade de aprendizado para a equipe.
- Acompanhar e informar, os problemas, tensões e o progresso do projeto nas reuniões periódicas com a Geri.
- Informar o número de horas que cada pessoa da equipe se dedicou.

Mensalmente todos os coordenadores dos projetos de extensão são convocados para uma reunião coletiva cujo objetivo é conectar os projetos, garantir um espaço de troca entre as coordenações e de se pensar o conjunto da extensão universitária.

A participação em projetos de extensão é requisito para que os estudantes sejam aprovados e concluam o curso de Administração Pública. Sendo assim, também é de responsabilidade da Geri contabilizar e informar à coordenação a cada semestre das horas de participação dos alunos em projetos de extensão, em consonância com o Projeto Pedagógico e a Resolução de Atividades Complementares de Graduação (ACG).

Os projetos podem ser reformulados, permanecer em um mesmo local ou território, ou optar por novos locais, dar continuidade, reconstruir ou criar novos projetos. Ainda que os projetos apresentem suas intermitências e necessidades de ajustes, e/ou redesenho, a Política de Extensão, compreendida como uma

estrutura articuladora dos projetos específicos é perene e responsável por fomentar, propor e articular a permanência das atividades de extensão.

No caso de surgimento de novo projeto de extensão ou de propostas de adequação da Política de Extensão, seja por novas, por avaliações realizadas, essas deverão ser apresentadas ao Colegiado do Curso de Administração Pública da Escola de Governo, que as apreciará. Esta apreciação deve considerar o contexto da Gerência de Extensão e Relações Institucionais, as diretrizes da extensão universitária e do projeto pedagógico.

No contexto da prática extensionista, a colaboração de professores e pesquisadores da Escola de Governo e da Fundação João Pinheiro é fundamental para orientação, apoio, e em alguns casos coordenar atividades, promover a multidisciplinaridade, o diálogo e metodologias diversas. Ao mesmo tempo, há ainda a preocupação de que o estudante seja o agente de sua formação, atue na formulação de projetos, na estruturação final, na construção de materiais (textos, cartilhas, procedimentos didático pedagógicos), na execução do projeto e na captação de colaboradores internos e externos.

### **3.4. Projetos existentes**

Os projetos que compõe a Política de Extensão da Escola de Governo serão apresentados de forma breve a seguir<sup>1</sup>.

#### **Consultoria Júnior**

Empresa formada por estudantes a João Pinheiro Júnior presta serviços de consultoria, assessoria e elaboração de projetos nas diversas áreas da gestão pública, atuando junto a órgãos das esferas municipal, estadual e federal. Seus objetivos são desenvolver profissionais capazes de contribuir para a melhoria da administração pública e proporcionar aprendizado e experiência extracurricular aos estudantes do curso da graduação da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Trata-se de uma empresa júnior que na realização de seus projetos conta com a orientação de professores e/ou pesquisadores da Fundação João Pinheiro.

#### **Observatório de Políticas Públicas**

Grupo de estudos em diversos temas de políticas públicas formado por alunos e um professor para discussão, aprofundamento e elaboração de artigos e outros produtos com foco em "Políticas Públicas". Os seus produtos têm entre os seus objetivos contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Alguns dos principais temas discutidos: Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional, Políticas de Sustentabilidade e Segurança Pública.

---

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre objetivos, metodologia e histórico dos mesmos, indica-se a leitura do Portfólio de Projetos – Gerência de Extensão e Relações Institucionais.

### **Fica Ativo! Repensar**

Concebido para oferecer oficinas com temas ligados às artes, à cultura e à cidadania. É direcionado a jovens moradores de áreas vulneráveis e em situação de vulnerabilidade. Entre os seus objetivos destaca: construir, em conjunto com os participantes, condições para o seu empoderamento por meio do fortalecimento dos laços comunitários e de ações coletivas em prol de seus direitos.

### **Fica Ativo! Cidadania - FAC**

Por meio desse projeto, a Escola de Governo promove a interação dos estudantes de Administração Pública com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de escolas públicas. A ideia é oferecer oportunidades de compartilhamento de experiências e construção de conhecimentos mais amplos. Ao mesmo tempo, possibilitar a identificação dos futuros gestores públicos como cidadãos capazes de atuar de maneira transformadora diante das contradições sociais. Em encontros periódicos são discutidos temas que estimulam a reflexão sobre direitos individuais e sociais e cidadania, em seu sentido mais amplo, correlacionando-os à questão social e histórica em que estão inseridos. Como estímulo à autocrítica, o planejamento, desenvolvimento e a avaliação desses encontros são realizados pelos próprios estudantes da Escola de Governo.

### **Juventude Cidadã**

Projeto voltado para os jovens com faixa etária ainda não atendida no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Ele é desenvolvido no bairro Jardim Felicidade na capital mineira e busca despertar esta parcela da população para a vida na comunidade e para os direitos e deveres relativos ao exercício da cidadania. Desde 2016, este projeto tem atuado em conjunto com a Escola Municipal Rui da Costa Val ampliando seu espaço de atuação e contribuindo para a integração entre Escola e o CRAS local. Os encontros semanais discutem temas ligados à cidadania, participação e ainda profissionalização dos jovens, além de temas sugeridos pelos jovens inscritos no projeto.

### **Cursinho Educar**

Organizado e gerenciado por meio de parceria entre o Núcleo Social da João Pinheiro Júnior e a Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI). Este é um projeto que tem entre os seus objetivos melhorar as condições de competitividade de jovens que farão o ENEM, sua pontuação e, conseqüentemente, possibilidade de vagas no ensino superior. Realizado no Campus Brasil da FJP, procura acolher, preferencialmente, estudantes que não tenham condição de pagar cursos preparatórios para esta prova. Nos últimos anos foram reservadas 50% das vagas para jovens da ASSPROM (Associação Profissionalizante do Menor).

### **2ª Chance**

O projeto é desenvolvido em parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) e Escola de Governo (EG) da Fundação João

Pinheiro. Ele reconhece a complexidade da crise do sistema penitenciário e a necessidade de atuação por várias frentes para minimizar seus problemas. Por isso, o projeto atua em duas delas: uma primeira ao ministrar aulas de conteúdos importantes para o ENEM para ampliar as possibilidades de conclusão do Ensino Médio, e a outra frente é a realização de rodas de leitura, ambas com vistas à ressocialização e remição de pena das pessoas que estão cumprindo pena nas unidades atendidas.

O Curso Intensivo preparatório para o ENEM, normalmente, tem duração de quatro meses, com início previsto em agosto de cada ano. Em 2016, foram ministradas aulas no presídio Dutra Ladeira (masculino) e no Presídio Feminino José Abranches Gonçalves. As rodas de leitura ocorrem em ciclos de 5 encontros semanais a cada livro, dando suporte a um grupo de cerca de 20 pessoas privadas de liberdade para produção de resenhas. Estas são encaminhadas ao juiz da comarca para conhecimento e validação. Em 2017 foram realizadas rodas de leitura no Centro de Referência a Gestantes Privadas de Liberdade, em Vespasiano.

### **Sociedade de Debates**

Voltado para o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, retórica e argumentação como forma de ampliar a reflexão, a troca de informações e o respeito por diferentes posicionamentos, o projeto coloca em pauta debates preferencialmente relacionados às políticas públicas e temas de relevância para a sociedade contemporânea. Utiliza regras construídas junto com a Sociedade Mineira de Debates, cada encontro é formado por quatro duplas de debatedores e uma dupla de juízes. Frequentemente acontecem competições de debates entre alunos da Escola de Governo e com outras instituições de ensino.

### **Tutoria D.A.**

É um projeto de desenvolvimento individual proposto para os alunos do CSAP. O seu objetivo oferecer-lhe um "olhar externo" quanto a suas possibilidades de desenvolvimento (tanto educacional, quanto profissional) por meio de um contato periódico com funcionário considerado "referência" na Administração Pública e auxiliar na reflexão sobre ações presentes e futuras para aqueles que ingressarão na administração pública do estado de Minas Gerais.

### **Teatro**

É uma atividade alternativa e complementar para possibilitar aos estudantes da Escola de Governo, por meio da arte, refletir sobre situação, problemas e realidades que envolvem o ser humano evocando a necessidade do agir crítico e responsável. Os temas voltam-se para a compreensão mais humanizada de questões que permeiam a Administração Pública. Espera-se poder levar o debate a diversos segmentos por meio da arte e do debate por ela evidenciados.

## **Laboratório de Políticas Públicas**

Espaço de estudo, análise e apoio às políticas públicas bem como proposição de alterações e inovações nas políticas públicas a ser ocupado por alunos, professores e pesquisadores da Fundação João Pinheiro.

## **Projeto Rondon**

O Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de extensão que visa integração social. Ele envolve a participação voluntária das Instituições de Ensino Superior, através do trabalho de seus estudantes universitários. As ações buscam contribuir com as comunidades, muitas vezes com carências diversas, para o seu desenvolvimento sustentável e para o bem-estar da sua população. A Escola de Governo, por meio da GERI, se candidata a participar das operações que compõem o projeto e, se selecionada, participa com estudantes e professores. Geralmente, uma operação dura 15 dias e é uma ação de imersão em uma realidade do interior do Brasil.

## **10Envolver Capacidades**

O projeto 10envolver existe desde 2013 como umas das ações da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Este projeto tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida nos dez municípios mineiros com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo os dados de 2000, através do fortalecimento dos conselhos municipais, das associações comunitárias, dos sindicatos, das escolas e de outras instâncias de participação popular. Projeto de imersão em que um grupo de 8 estudantes, acompanhado por um professor da EG permanece no município por 15 dias.

## **Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – PRINAGEM**

É um projeto de imersão de maior duração (4 semanas) em que os estudantes do CSAP são encaminhados para um município do estado de Minas, preferencialmente fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Normalmente, eles devem atuar em projetos e ações com vistas a compreender as dinâmicas e elementos que compõem a administração pública municipal e as suas relações com a estadual.

O principal objetivo é possibilitar ao estudante vivenciar a administração local, compreender um pouco mais a importância da administração pública municipal e suas exigências. Como o período é um pouco mais extenso, os estudantes são motivados a interagir com os agentes da administração e extrair experiências e conteúdos diversos, envolver-se em projetos locais e manter contato tanto com responsáveis pela administração quanto com associações, comunidades e cidadãos.

#### 4. AVALIAÇÃO

Pelo menos uma vez por ano, a GERI promoverá uma avaliação das atividades de extensão junto ao corpo discente. O objetivo é colher informações necessárias para compreender melhor todo processo, tanto no que foi pensado (o projeto em si) quanto no que foi executado (a realidade e peculiaridades de cada ação) para identificar os pontos positivos e negativos, correlacioná-los com o projeto pedagógico do Curso de Administração Pública e avaliar, repensar, melhorar, reconstruir seus projetos, inovando e aprofundando os objetivos da extensão.

Para avaliação dos projetos de imersão foram desenvolvidos questionários a serem respondidos pelos estudantes e pela administração municipal a cada edição dos projetos. A proposta é identificar a percepção dos participantes em relação ao a experiência de imersão, e ainda colher sugestões para aperfeiçoamento dos projetos. As respostas são sistematizadas e divulgadas em um Relatório Consolidado Semestral.

Fundamental registrar que os projetos de extensão têm o foco na aprendizagem. É importante o serviço prestado como forma de retorno à sociedade de parte de seu investimento, em especial, quando se trata de uma universidade pública.. Após toda atividade de extensão, o estudante deve ter seu olhar e seu agir inquietados. É preciso que as atividades de extensão façam com que o estudante possa questionar padrões previamente aprendidos, teorias e informações recebidas, afirmativas e prognósticos de sala de aula, de estudos e de pesquisas.

O principal critério de avaliação de uma atividade de extensão não é quantitativo. Apontar quantos estudantes participaram de cursos, quantas localidades foram visitadas ou sofreram algum tipo de intervenção, o total de visitas realizadas são indicadores, mas não suficientes. Avalia-se uma atividade de extensão pelo impacto na formação do estudante. Como se trata de características subjetivas, evidentemente é muito difícil avaliar. Porém, é possível procurar indicações como grau de novidade que tal experiência pode provocar no estudante; o leque de estudos, pesquisas, informações que o estudante buscou antes, durante e logo após a sua participação no projeto; as possibilidades de questionamento que o projeto potencialmente poderá levar para as salas de aula para os projetos de maior reflexão acadêmica, como o Observatório de Políticas Públicas, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

CALDERÓN, A.I.; PEDRO, R.F.; VARGAS, M.C. Social Responsibility of Higher Education: the metamorphosis of Unesco discourse in focus. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.15, n.39, p.1185-98, out./dez. 2011.

COUTINHO, Suzana Costa. A práxis educativa popular. In: *Theoria – Revista Eletrônica de Filosofia*. Faculdade Católica de Porto Alegre. Volume 04 - Número 10 - Ano 2012 | ISSN 1984-9052

FREITAS, Isa Aparecida. BRANDÃO, Hugo Pena. Trilhas de Aprendizagem como Estratégia para Desenvolvimento de Competências. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2005-gpra-0316.pdf>> Acesso em: 03/04/17

Plano Nacional de Extensão Universitária, O. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>

SILVA, Oberdan Dias da. O que é extensão universitária. *Integração* III(9):148-9, maio/97.

TEIXEIRA, Carina Fagundes e MULLER, Felipe Martins. A GESTÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM IES PÚBLICAS. Universidade de Santa Maria.